

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA**

LENI ALZIRA DE SOUZA

**VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NA EJA:
UM ESTUDO SOBRE O OLHAR DOS PROFESSORES**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

CURITIBA
2015

LENI ALZIRA DE SOUZA

**VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NA EJA:
UM ESTUDO SOBRE O OLHAR DOS PROFESSORES**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ensino de Língua Portuguesa e Literatura, pelo Departamento Acadêmico de Linguagem e Comunicação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Orientadora: Prof. Dra. Margareth de Souza Freitas Thomopoulos

CURITIBA
2015



TERMO DE APROVAÇÃO

ALUNA: Leni Alzira de Souza

Polo: Diadema

TÍTULO DA MONOGRAFIA:

Variação linguística na EJA: um estudo sobre o olhar dos professores.

Esta monografia foi apresentada às 9h30 do dia 19/03/2016 como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no curso de Especialização em **Ensino de Língua Portuguesa e Literatura** da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Curitiba. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho:

1		Aprovado
2	X	Aprovado condicionado às correções Pós-banca, postagem da tarefa e liberação do Orientador
3		Reprovado

Prof^a Margareth de Souza Freitas
UTFPR – Câmpus Curitiba
(Orientadora)

Prof. Edson Domingos Fagundes
UTFPR – Câmpus Curitiba

Prof^a Ana Paula Pinheiro da Silveira
UTFPR – Câmpus Curitiba

**OBS: O DOCUMENTO ORIGINAL ENCONTRA-SE ARQUIVADO NA SECRETARIA DO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA**

RESUMO

SOUZA, Leni Alzira de. **Variação linguística na EJA**: um estudo sobre o olhar dos professores. Curitiba, 2015. 38 fls. Monografia. (Especialização em Ensino de Língua Portuguesa e Literatura) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Curitiba, 2015.

O presente trabalho tem como objetivo apresentar os resultados de uma investigação acerca do conhecimento e da concepção sobre variação linguística dos professores da EJA. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa por meio de questionários com cinco professoras da Rede Municipal de São Bernardo do Campo – SP. O suporte teórico para a discussão promovida é dado fundamentalmente pelas pesquisas realizadas por Bagno (2003, 2006) e Bortoni-Ricardo (2004, 2006) a respeito das questões relacionadas ao ensino da língua materna. Freire (1987) foi a referência utilizada para a apresentação das especificidades da EJA. Uma consideração resultante do presente estudo é que, além de aceitar as variações linguísticas usadas pelos alunos, é preciso tratá-las como parte constitutiva da formação do sujeito e, para tanto, se faz necessário conhecer/reconhecer a realidade sociolinguística do público jovem e adulto que compõe a EJA, o que demanda professores com boa formação na área.

Palavras-chave: EJA. Língua Portuguesa. Variação linguística.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EJA E A INCLUSÃO SOCIAL	7
3 O PRECONCEITO LINGUÍSTICO E O CONTEXTO DA EJA	11
4 METODOLOGIA	14
5 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	15
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS	28
ANEXOS	31

1 INTRODUÇÃO

A lei de diretrizes e bases da educação brasileira (LDB) estabelece que todos os que não tiveram oportunidade de concluir seus estudos na idade regular devem ter acesso a cursos gratuitos que ofereçam, de acordo com o parágrafo primeiro do artigo 37 da referida lei, “oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho”. Essa garantia é feita pelos sistemas de ensino na modalidade chamada Educação de Jovens e Adultos (doravante, EJA).

Essa modalidade de ensino apresenta dois perfis distintos de alunos: o primeiro diz respeito a um grupo ao qual chamamos adultos (idosos ou não) que, em determinado momento da vida, abandonaram os estudos por questões geográficas, familiares ou de trabalho, tendo que colocar os estudos em segundo plano, ou que na infância não tiveram acesso à escola. O segundo grupo caracteriza-se por jovens com histórico de fracasso escolar, ou seja, aqueles que passaram pela escola regular, porém, não a concluíram.

Pensar em propostas adequadas ao perfil do sujeito jovem ou adulto é um grande desafio, já que esses sujeitos viveram e vivem “sem necessidade” dos conteúdos escolares. No caso dos adultos, estes já estão com a vida organizada e muitos já têm inclusive suas ocupações. Quanto aos jovens, esses simplesmente precisam de um diploma para ingressar no mundo do trabalho¹.

Diante desse quadro, é preciso pensar de que forma a escola pode trazer conhecimento que faça diferença na vida desses educandos. No caso do ensino da língua portuguesa, é necessário considerar como o conhecimento desse falante nativo, que faz uso diariamente dessa língua, está sendo visto em sala de aula. Estão esses alunos sendo considerados estrangeiros ou políglotas em sua própria língua?

Justifica-se a escolha do tema da variação linguística na EJA dada a relevância que representa para essa modalidade de ensino que lida com o sujeito que construiu toda uma forma de viver e de estabelecer relações sociais fazendo uso da língua com as suas múltiplas variações.

Há que se considerar que uma parte desses alunos frequentou os bancos escolares, em algum momento da vida, e teve como experiência um ensino pautado somente na gramática normativa. Ao tratar a aprendizagem da língua somente nessa perspectiva a escola acaba se

¹alguns voltam por força da lei – medida sócio-educativa.

distanciando das reais necessidades desses sujeitos e reforçando a ideia de que o conhecimento e o uso que ele tem e faz da língua materna é equivocado, é algo inferior.

Considerar isso em qualquer modalidade da educação é necessário; no caso da EJA é imprescindível, uma vez que esses alunos enfrentam, dentre outros problemas, também o do preconceito linguístico, que acaba por se tornar um fator de exclusão social.

Diante dessas constatações, resolvemos tratar das seguintes questões: Qual é o olhar dos professores da EJA para a diversidade linguística dos seus alunos? Qual o grau de conhecimento que eles possuem sobre a variação linguística? Como as diferentes formas de falar dos alunos da EJA são compreendidas no processo de ensino-aprendizagem? De que forma os professores intervêm quando os alunos utilizam variedades estigmatizadas?

Os objetivos deste estudo são: verificar qual é o conhecimento e a concepção sobre variação linguística dos professores da EJA; investigar a postura dos professores da EJA frente à variedade linguística de seus alunos; pesquisar se essas diferenças linguísticas são consideradas no processo de ensino/aprendizagem dos alunos da EJA; refletir sobre a ação dos professores em relação aos conflitos linguísticos; investigar se e de que forma as variantes de prestígios e as populares estão sendo trabalhadas em sala; compreender como a linguagem oral se faz presente no contexto escolar.

O texto foi produzido tendo como base as pesquisas realizadas por Bagno (2004, 2006), Bortoni-Ricardo (2004, 2006) e outros, no que diz respeito às questões relacionadas ao ensino da língua. Com relação às especificidades da EJA, embasamo-nos no pensamento de Freire (1987). Além disso, realizamos uma pesquisa, por meio de questionários, com cinco professoras da Rede Municipal de São Bernardo do Campo, SP.

2. AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EJA E A INCLUSÃO SOCIAL

Embora na Constituição Brasileira a educação seja apontada como o primeiro direito social², a sociedade brasileira está longe de tomar posse desse direito, pois muitos brasileiros não usufruem do sistema educacional. Nessa massa de excluídos estão jovens e adultos que não têm logrado levar a termo a sua educação formal, notadamente o Ensino Fundamental II, dadas as condições precárias do sistema de ensino.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no censo realizado em 2010, o Brasil apresentava quase 14 milhões de brasileiros entre 15 e 64 anos na situação de analfabetismo funcional, definido pelo instituto como pessoas que possuem menos de quatro anos de estudos completos e que não conseguem realizar tarefas simples que envolvem a leitura de palavras e frases, ainda que uma parcela destes consiga ler.

Nesse mesmo ano a Revista Escola Pública, em um artigo denominado “EJA Desafio à Espera de Soluções”, fez referência aos comentários do professor Sérgio Haddad sobre esse tema, no qual ele destacava que apenas 2,9% dos jovens analfabetos entre 15 e 24 anos frequentavam algum curso de alfabetização, entre os adultos acima de 24 anos apenas 1,8% e, de cada 100 alunos, **apenas seis** (grifo meu) ingressam nos programas de elevação de escolaridade (cf. CAMARGO, 2010).

Para Haddad (2007), apesar de já em meados do século passado a EJA ter tido um reconhecimento gradativo como direito daqueles que não tiveram acesso à educação formal nos períodos ideais, só se configurou enquanto lei na Constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, o que não garantiu, de imediato, a implantação de uma política pública de atendimento à demanda.

Uma das condições para se garantir o acesso, o ingresso, a permanência e conclusão dos estudos aos milhões de excluídos de nosso país, que precisam ser levadas a sério, é a garantia de recursos. A limitação de recursos destinados a EJA sempre foi um problema (cf. HADDAD e DI PIERRO, 2000).

A fim de melhorar essa condição, o Ministério da Educação e Cultura criou a Resolução nº 48, de 2 de outubro de 2012, que estabeleceu orientações, critérios e procedimentos para a transferência automática de recursos financeiros aos estados, municípios e Distrito Federal para manutenção de novas turmas de EJA a partir do exercício 2012.

²Constituição Federal - Capítulo II: Dos direitos sociais - artigo 6º.

Parece-nos evidente que o financiamento é um dos fatores mais importantes a serem considerados na oferta da EJA, uma vez que pode resolver o problema do acesso; no entanto, não se pode ignorar o problema da evasão, ou seja, da dificuldade de permanência do aluno no sistema, o que, nessa modalidade de ensino, tem sido um grande obstáculo para se diminuir os números de analfabetos e elevar o nível de escolaridade dos brasileiros. Pode-se justificar essa evasão por vários fatores: sociais, políticos, culturais e pedagógicos. (cf. GADOTTI, 1995).

Dentre esses fatores gostaríamos de destacar as questões relativas às propostas pedagógicas. Elaborar uma proposta pedagógica implica refletir sobre como esses jovens e adultos pensam e aprendem; envolve, portanto, transitar pelo menos por três campos que contribuem para a definição de seu lugar social: a condição de “não crianças”, a condição de excluídos da escola e a condição de membros de determinados grupos culturais. (cf. KOHL, 1999).

A consideração sobre esses alunos como um grupo de excluídos da escola nos leva a pensar quais os fatores geradores dessa exclusão e de que forma a própria escola pode legitimá-la, quando nas suas propostas pedagógicas não considera esses cidadãos como sujeitos histórico-sociais, de direito e seres pensantes, com rostos, com histórias, cor e trajetórias sócio-étnico-racial. (cf. ARROYO, 2005)

Nesse sentido, a escola acaba por reproduzir um ensino para dominação. Um ensino que não faz com que o jovem e o adulto se vejam como participantes de um processo histórico, ajudando-os assim a refletir e a intervir sobre sua própria realidade. (cf. FREIRE, 1987).

Já na década de 60, o professor Paulo Freire alertava quanto aos danos de uma educação que não considerasse o sujeito adulto como participante ativo do seu processo de aprendizagem, do desenvolvimento da sua própria capacidade de ver e compreender a vida por diferentes dimensões. À educação que não permite isso Freire (1987, p.33) denomina “educação bancária”:

Em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção “bancária” da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los.

Pensar em políticas públicas para EJA está para além da oferta de vagas; passa pela análise de qual educação e de qual escola esse adulto precisa para que de fato haja um processo de inclusão. É preciso considerar como a educação impactará a vida dos alunos da EJA.

Ainda que a preocupação em se tratar temas diferenciados, do mundo adulto, esteja em pauta já há algum tempo, nem sempre isso se configura como uma prática ou, então, na maioria das vezes, não há profundidade no tratamento desses temas numa perspectiva local e micro, de forma que o aluno possa fazer relação disso com a sua realidade.

Sendo assim, mesmo que os conteúdos sejam trazidos por essas temáticas, ao serem tratados de forma a só “fazerem sentido” dentro das paredes da escola ou, olhando com um pouco de otimismo, na perspectiva de que serão úteis depois que o aluno se formar, acabam por comprometer a aprendizagem do adulto, o que ocasionará sua desistência.

A esse respeito, Gadotti (2011, p. 39) afirma:

Um programa de educação de adultos, por essa razão, não pode ser avaliado apenas pelo seu rigor metodológico, mas pelo impacto gerado na **qualidade de vida** (grifo do autor) da população atingida. A educação de adultos está condicionada às possibilidades de uma transformação real das condições de vida do aluno-trabalhador. [...] Os programas de jovens e adultos a meio caminho do fracasso se não levarem em conta essas premissas, sobretudo na formação do educador.

Diante disso, cabe frisar que reconhecer a condição dos jovens e adultos que estão retornando aos bancos escolares enquanto sujeitos de direito, garantindo-lhes o ingresso, não é suficiente. Garantir apenas o acesso pode, em boa medida, camuflar ou reforçar a exclusão e, ainda, responsabilizar, penalizar o indivíduo que estará sujeito a reincidentes fracassos.

O caminho para a resolução desse impasse é dado já por Freire (1987), que faz pensar na EJA como uma prática social transformadora da realidade e, portanto, revolucionária.

Ao propor a “educação revolucionária”, Freire nos chama à reflexão sobre o papel político que ela ocupa, reflexão também feita por Bagno (2013, p.92) em relação ao ensino da língua: “[...] falar da língua é falar de política, e em nenhum momento essa reflexão política pode estar ausente de nossas posturas teóricas, e de nossa atuação concreta como cidadão, professor e cientista”.

Isso será possível se esses jovens e adultos, além do acesso à escola, tiverem acesso aos conhecimentos históricos e socialmente construídos de forma crítica e com a possibilidade de usá-los nos mais diferentes contextos sociais.

Nessa perspectiva, destacamos o uso da linguagem, pois, se entendemos que ela é fundamental na constituição do sujeito e nas interações sociais, é importante que os alunos de EJA possam conhecê-la e valorizá-la em todas as suas variações e com todas as suas finalidades.

3. O PRECONCEITO LINGUÍSTICO E O CONTEXTO DA EJA

Já vimos que o direito à educação para os que não tiveram acesso a ela no período ideal ou que não tiveram as condições de permanência no sistema já está garantido por lei. O que se torna um grande desafio é a permanência desses sujeitos nos sistemas de ensino e isso está atrelado à necessidade de se tratar da aprendizagem dos jovens e adultos como um direito. Essa questão remete ao direito de aprender sua própria língua, a sua língua materna, e de não sofrer mais um preconceito, qual seja, o preconceito linguístico e “é, pois, um ato de cidadania, de civilidade da maior pertinência, que aceitemos, ativamente e com determinação, o desafio de rever e de reorientar a nossa prática de ensino da língua”. (ANTUNES, 2015, p.37).

Marcos Bagno (2003a, p.16-17) é bastante incisivo ao tratar desse tema, de acordo com ele, o que existe na verdade não é um preconceito linguístico, mas um preconceito social que se utiliza da língua como instrumento de dominação e controle social.

Essa discussão sobre a língua materna é muito importante, visto que a língua não é única e não é homogênea. É preciso pensar sobre isso ao considerar o perfil dos alunos da EJA. É preciso ensiná-los a ser “políglotas na própria língua”, como diria Bechara. É nesse sentido que Bortoni-Ricardo (2006) alerta sobre a tarefa que a escola tem de fazer a reflexão sobre a língua materna e assim ajudar os alunos a ampliar suas competências comunicativas tanto na modalidade oral quanto na escrita.

Ao instrumentalizar os alunos, eles saberão fazer uso “da língua” de acordo com a exigência dos contextos e ao mesmo tempo em que reconhecerão a sua forma de falar como legítima. Nesse sentido, o trabalho com os gêneros textuais/discursivos ajuda, pois permite que os alunos vivenciem variadas situações com a língua e possam usá-la efetivamente.

Para Marcuschi (2006), é impossível não se comunicar verbalmente por meio de gêneros, porque a base da interação verbal é a materialização em textos, os quais se dão em formas tipificadas e reconhecíveis. Porém, a noção de gênero não abarca apenas uma forma linguística, mas “uma forma de realizar linguisticamente objetivos específicos em situações sociais particulares” (MARCUSCHI, 2006, p. 154),

Considerar isso leva à reflexão sobre a maneira como os professores de Língua Portuguesa ou pedagogos que ensinam a língua estão trabalhando com o aluno da EJA. Levamos ainda, a pensar sobre o saber ouvir e perceber como a língua é usada por esse aluno. Para tanto, é preciso despir-se do preconceito linguístico que vem da nossa origem eurocêntrica,

haja vista que a língua *padrão* vem da palavra *patrão* e só essa tem, intencionalmente, prevalecido. (cf. BAGNO, 2003b).

Ainda, segundo Bagno (2003a. p.49, 50), o conceito de língua padrão trouxe a ideia da língua como algo quase sagrado, sobrenatural, tratado como intocável, puro e, portanto, devendo ser preservado da “contaminação dos ignorantes”. Essa concepção “contaminou” principalmente o professor de português que se tornou o detentor desse saber misterioso, a que o autor ironicamente denomina “norma oculta”.

Em tempos de redes sociais, têm-se tornado cada vez mais comuns piadas com pessoas que usam variedades linguísticas estigmatizadas, ou seja, que não usam a chamada língua padrão para se comunicar. Embora as variações aconteçam em diferentes grupos sociais, as mais ridicularizadas são aquelas usadas pelas classes economicamente menos favorecidas. E é a essa classe menos favorecida que pertencem os alunos da EJA. Esse tipo de comportamento difundido nas redes representa um indicador claro da estratificação social (cf. BORTONI-RICARDO, 2006).

É fato que as condições socioeconômicas das pessoas e o grau de escolaridade são fatores que influenciam na forma de falar, porém, não são os únicos. Não podemos desconsiderar a dinamicidade da língua, que muda, que se adequa, enfim, que, de um jeito ou de outro, cumpre sua função, qual seja, a da comunicação entre seres humanos. Entender isso é olhar para as variedades não padrão não como expressões inferiores, como usos equivocados da língua. Segundo Bortoni-Ricardo (2004), “Todo falante nativo é competente em sua língua materna e nela pode desempenhar variadas tarefas comunicativas”.

Concordamos com Bagno (2004) quando aborda as possibilidades para compreender as variações linguísticas como uma questão social, cultural e econômica na perspectiva linguística. A norma culta ou padrão não pode ser chamada de língua, uma vez que as normas podem ser múltiplas dentro da língua. No Brasil, são faladas mais línguas do que podemos imaginar. Temos variedades na fala, na escrita, em contextos rurais, urbanos e, ainda assim, em qualquer parte está o Português, sendo possível entender e ser entendido, mesmo com essa diversidade.

O autor defende que não se pode falar em “erro linguístico” porque são estigmas sociais valorizados de acordo com a pirâmide social.

É preciso entender que as variações não são feitas como algo sem regra, sem uma explicação gramatical e, por isso, imputada como fala do pobre, “desdentado”, morador da

periferia e que não sabe falar. Como afirma Bagno (2003b, p. 74), não é porque não está nas gramáticas que não é *norma culta*, que “é erro crasso”, “é língua de índio”, “é português estropiado” ou, simplesmente, “não é português”.

Finalmente, há que se ter consciência de que as variações devem ser consideradas a partir das questões históricas e das normas que regem os diferentes tipos de falares, enfim, falar diferente não é falar “errado”.

4. METODOLOGIA

Esta pesquisa teve como sujeitos cinco professoras da EJA de São Bernardo do Campo - SP, sendo duas pedagogas que lecionam no segmento I, alfabetização e pós-alfabetização, e três especialistas em língua portuguesa que atuam no segmento II com turmas do 5º ao 8º ano.

As duas professoras do segmento I, às quais denominaremos P1 e P2, trabalham com turmas chamadas multisseriadas (alfabetização e pós-alfabetização). Quanto às professoras de língua portuguesa, às quais chamaremos P3, P4 e P5, essas atuam com turmas do Fundamental II do 5º ao 8º termo.

O procedimento metodológico foi a pesquisa bibliográfica aliada ao levantamento de dados por meio de um questionário com oito questões abertas, versando sobre concepção de EJA e sobre as variedades linguísticas. Segundo Gil (1999, p.128), o questionário pode ser definido como “a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, para a análise dos dados, utilizaram-se os métodos descritivo e explicativo a fim de buscar compreender o significado que o grupo de professoras pesquisadas atribui ao trabalho com a variação linguística.

5. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Entendemos que o trabalho com as variações linguísticas passa pelo entendimento de quem são os sujeitos da EJA, de como esses sujeitos aprendem e de qual o papel da escola em relação a isso. Pensando nisso, elaboramos questões que, além de tratarem do que as professoras pensam, sabem e fazem com relação à temática proposta também fornecessem indicações sobre o que pensam do ato de educar esse público e sobre as questões que permeiam isso, como a permanência desses sujeitos no sistema. Para que, principalmente as semelhanças fossem evidenciadas, dividimos as respostas dadas em categorias, conforme será possível perceber nos quadros apresentados.

Assim, iniciamos o questionário abordando a concepção de escola (cf. Quadro 1), de aprendizagem e como isso se relaciona com os alunos da EJA. A resposta das P2, P3, P4 e P5 se assemelharam no que diz respeito à escola ser um espaço democrático, portanto, de diálogo, que promove a emancipação por meio da problematização de temas cotidianos. A escola deve ser transformadora e, conseqüentemente, libertadora. A resposta dada por P1 difere das demais, por destacar que a escola deve ser promotora do desenvolvimento cognitivo do aluno:

“Minha concepção de escola é entendê-la como mais um espaço de fomento às atividades cognitivas. Dessa maneira, entendo que a escola é o espaço de compartilhar experiências e conhecimentos, no qual o papel do professor é sistematizar os conhecimentos que são importantes, para a maioria do grupo, garantindo assim formação intelectual, socialização de cultura e experiências sociais”.

Quadro 1- Síntese do resultado da análise da primeira questão

Questão	Respostas	Respostas por categorias
Qual a concepção de escola?	<p>P2: Uma escola primordialmente que seja acolhedora, para educandos e educadores, onde o diálogo seja privilegiado.</p> <p>P3: A escola tem como concepção a visão democrática de escola, onde todos são participantes do fazer pedagógico.</p>	<p>Espaço democrático onde o diálogo se faz presente: 40%</p>
	<p>P1: Minha concepção de escola é entendê-la como mais um espaço de fomento á atividades cognitivas. Dessa maneira, entendo que a escola é o espaço de compartilhar experiências e conhecimentos, no qual o papel do professor é sistematizar os conhecimentos que são importantes, para a maioria do grupo, garantindo assim</p>	<p>Lugar que contribui para a transformação intelectual, social e cultural do sujeito: 20%</p>

	formação intelectual, socialização de cultura e experiências sociais.	
P4:	A concepção de escola para ensino da EJA é oferecer uma educação de qualidade, contribuindo com a emancipação destes jovens e adultos com foco em suas realizações pessoais e profissionais.	Lugar onde se constrói e compartilha conhecimento: 40%
P5:	É transformar e libertar o educando através da problematização de temas cotidianos e de suas experiências.	

Sobre a concepção de aprendizagem, especialmente em relação à EJA (cf. Quadro 2), as três professoras do segmento II destacaram a importância de se considerar os conhecimentos que os alunos trazem e ampliá-los, bem como a participação na construção do conhecimento. Sobre isso, as professoras 3 e 4 citaram Paulo Freire. Quanto às professoras do segmento I, uma destacou que a aprendizagem precisa ser significativa e a outra, P1, novamente destacou o aspecto cognitivo da aprendizagem, mas não descartou a consideração dos conhecimentos trazidos pelos alunos e a aprendizagem como um processo coletivo.

Quadro 2- Síntese do resultado da análise da segunda questão

Questão	Respostas	Frequência de respostas por categoria
Qual a concepção de aprendizagem? Como você entende isso em relação aos alunos da EJA?	P5: A concepção de aprendizagem é dada por meio do diálogo ocorre a construção do conhecimento. A aprendizagem parte da experiência, dos conhecimentos prévios em formade diálogo para forma por novo saber com o conhecimento trazido pelo professor.	Aprendizagem é construir conhecimento: 20%
	P1: A aprendizagem é um processo cognitivo, que ocorre a partir da nossa experiência social e cultural. O que quero dizer é que não é um processo individual, mas envolve as experiências que vivemos. Dessa maneira entendo que a aprendizagem na EJA é resultado das experiências que os alunos nos trazem e que subsidiam a elaboração das experiências escolares que conseguimos possibilita-los participar e desenvolver.	Estabelecer relação entre conhecimento formal e informal: 80%
	P2: A aprendizagem precisa estar ligada ao ensino significativo para o educando, partir de suas referências para abrir novos horizontes, para de fato avançarmos com maior qualidade.	

P3: A aprendizagem é um processo cognitivo, que ocorre a partir da nossa experiência social e cultural. O que quero dizer é que não é um processo individual, mas envolve as experiências que vivemos. Dessa maneira entendo que a aprendizagem na EJA é resultado das experiências que os alunos nos trazem e que subsidiam a elaboração das experiências escolares que conseguimos possibilitá-los participar e desenvolver.

P4: Quanto à aprendizagem são consideradas as estratégias e falas de Paulo Freire, garantindo um ensino de acordo com a realidade do educando e considerando seus conhecimentos prévios.

Ainda buscando entender como essas professoras pensam a EJA, perguntamos a respeito do que faz com que o aluno permaneça ou não na EJA, haja vista que a permanência desse aluno é o grande desafio dos programas de alfabetização e elevação de escolaridade.

Sobre os fatores determinantes para a permanência desses alunos (cf. Quadro 3), são citados alguns aspectos de ordem estrutural: flexibilização de horário, uma vez que são trabalhadores e muitas vezes lidam com turnos diferenciados; refeição, transporte etc. A escola como espaço acolhedor é citada como positivo; o diálogo, atendimento individualizado e o respeito aos conhecimentos dos alunos para que eles se vejam como participantes do processo de construção de conhecimento são destacados. A professora do segmento I, a qual chamamos de P1, novamente acrescentou um elemento ao fazer diferenciação entre o que é importante para o aluno jovem e o que faz diferença para o aluno adulto. Para ela, atividades diferenciadas, como dança, oficinas, educação física, informática, e atividades culturais, como museus, teatro, cinema, atraem o público jovem, porém, há resistências por parte dos idosos.

Embora reconhecer e considerar a realidade do aluno implique pensar em que tipo de proposta, atividade será realizada, apenas uma professora citou a aula interessante como um fator importante.

Quadro 3- Síntese do resultado da análise da terceira questão

Questão	Respostas	Frequência de respostas por categorias
Quais fatores vocês consideram determinante para a permanência dos alunos na EJA?	<p>P1: Atendimento individualizado às suas necessidades, pois muitos deles quando estão em um grupo maior não se sentem seguros e desistem, pois nem sempre o professor consegue sentar com ele, ajuda-lo em suas dificuldades.</p> <p>P2: O vínculo afetivo entre educandos e educadora é fundamental, como também sentirem-se valorizados na medida em que há preocupação com os saberes que eles já têm. Flexibilização é uma palavra chave diante das tantas situações limites dos educandos.</p> <p>P3: A escola deve sempre dialogar com a realidade do aluno, ter um significado positivo e acolhedor e respeitá-lo dentro das diferentes realidades.</p> <p>P4: Aulas interessantes que estejam de acordo coma realidade do aluno, horários flexíveis, participação ativa nas aulas, oferta de refeição, etc</p>	Vínculo, conhecimento e entendimento da realidade do aluno, atenção individualizada e valorização dos conhecimentos trazidos: 80%
	<p>P1: A existência de atividades de corpo e movimento (dança, oficinas artísticas, aula de educação física) atividades de informática, atividades culturais (cinema, teatro, visitas à museus) fazem com que a escola se torne mais atrativa para os alunos mais jovens, porém às vezes encontra resistência dos idosos.</p> <p>P4: Aulas interessantes que estejam de acordo coma realidade do aluno, horários flexíveis, participação ativa nas aulas, oferta de refeição, etc</p> <p>P5: Flexibilização e integração das áreas desconhecimento e as práticas sociais.</p>	Flexibilidade, integração das áreas de conhecimento, estrutura transporte, alimentação, material): 60%

Finalmente, encerramos esse bloco perguntando sobre os fatores que podem ocasionar desânimo, desistência dos alunos (cf Quadro 4). Os fatores apontados foram de ordem pessoal e de ordem pedagógica. Os primeiros referem-se a cansaço físico, família, desemprego/emprego, doenças, situações de vulnerabilidade social (uso de drogas, alcoolismo etc.). Já os últimos abrangem desde conteúdos que não se relacionam com a realidade do aluno quanto aulas desinteressantes e a falta de atenção individualizada de acordo com as necessidades de cada um.

É interessante observar que os fatores de ordem pessoal foram os mais explorados e, nesse sentido, novamente P1 se diferencia na resposta, pois aponta somente os aspectos pedagógicos, com ênfase na forma de organizar as turmas, valendo-se da teoria de Vygotsky

sobre nível de desenvolvimento proximal. No entanto, não vê na heterogeneidade, no sentido da troca entre os alunos com conhecimentos menos e mais elaborados, um fator possível, condenando essas salas heterogêneas. Demonstra preocupação com adequação de conteúdos ao ano/módulo.

Quadro 4 - Síntese do resultado da análise da quarta questão

Questão	Respostas	Frequência de respostas por categorias
<p>Que fatores contribuem ou podem contribuir para o desânimo e até a evasão dos alunos da EJA?</p>	<p>P1: Classes multisseriadas são um dificultador de permanência de educando na EJA, pois os alunos estão em Zonas de Desenvolvimento Proximal (ZDP) muito diferentes, e por isso os seus tempos de aprendizagem são muito diferentes, o que impossibilita a atenção do professor, que às vezes precisa dar atenção á três atividades diferentes. Essa heterogeneidade impossibilita o avanço de alguns alunos, e acredito que os alunos têm direito a ter a aula correspondente ao seu ano/ciclo. Pois muitos irão prosseguir os estudos e pretendem entrar na Universidade e nós sabemos, o caminho competitivo que estes jovens deverão enfrentar. A necessidade de cuidar dos filhos também é um fator de evasão. Desde que entrei na EJA, há 2 anos e meio, tenho alunos que desistem da escola porque não tem alguém pra cuidar dos filhos. As questões financeiras também influenciam, muitos alunos fazem bicos ou trabalho extra e acabam desistindo da escola, neste ano tive dois casos de evasão por esse motivo. Penso que a evasão na EJA é uma questão relacionada á classe social de quem á frequenta, são pessoas que ainda não conseguiram ter uma vida financeira</p> <p>P2: O vínculo afetivo entre educandos e educadora é fundamental, como também sentirem-se valorizados na medida em que há preocupação com os saberes que eles já têm. Flexibilização é uma palavra chave diante das tantas situações limites dos educandos.</p> <p>P3: Embora se tenha discutido muito a flexibilização em encontros formativos, nem sempre é possível ajustarmos todas as demandas e muitas vezes as situações limites dos educandos como: fracasso escolar, (...)</p> <p>P3: Dentro do ambiente escolar pode-se apontar como motivo para a evasão a repetição do ano/ciclo; a escola estar longe dos</p>	<p>Fatores pedagógicos: proposta inadequada, sem função social e classes multisseriadas (que atendem duas séries – alfa e pós-alfabetização), permanecer por muito tempo numa mesma série/ciclo e horários rígidos. 100%</p>

	propósitos desse aluno, a distância da realidade escolar com a realidade e necessidades dele; a falta de diálogo entre a escola e a comunidade a que ele pertence;	
P4: (...)	aulas desinteressantes, entre outros...	
P5:(...)	conteúdos que se distanciam da sua realidade e dificuldades de aprendizagens.	
P2: (...)	dependência química, uso excessivo de bebidas alcoólicas, o desemprego ou a informalidade no trabalho (bico), questões de saúde, educandos muito jovens solteiros com filhos, situação de rua entre outras situações de vulnerabilidades, interferem na permanência e sucesso escolar.	Fatores de ordem pessoal passam por cansaço físico, família, desemprego/emprego, doenças, situações de vulnerabilidade social (uso de drogas, alcoolismo etc.): 80%
P3: (...)	entre outros fatores de ordem pessoais do aluno, como, por exemplo, conseguir um emprego que é incompatível com o horário da escola, cansaço físico e mental que ele ao longo do dia acumulou e a baixa autoestima.	
P4: O	cansaço devido aos alunos trabalharem durante o dia; o horário de trabalho, família (filhos, marido, etc) distância, desmotivação pessoal.(...)	
P5:	Dificuldades pessoais e sociais, (...).	

A partir das respostas dadas nesse primeiro bloco de perguntas, foi possível observar que existe por parte das professoras a preocupação em cuidar e tratar o público da EJA de acordo com as suas especificidades e necessidades. São conscientes de que uma proposta pedagógica que não considera o perfil do sujeito jovem e adulto pode levá-los ao abandono. De um modo geral, apegam-se aos conceitos Freireanos de diálogo, conhecimento da realidade do aluno e consciência crítica para uma educação libertadora.

Encerrado esse bloco relacionado a concepções e atendimento na EJA, passamos às questões específicas sobre as variações linguísticas. A primeira questão abordava o posicionamento das professoras quanto à necessidade de ensinar a norma padrão escrita ou falada na escola (cf. Quadro 5).

Sobre isso, todas apontam que a escola tem obrigação de ensinar a norma padrão/culta, mas sem desconsiderar as variações trazidas pelos alunos. Interessante notar que P3 e P5 iniciam suas respostas destacando a necessidade de se ensinar a norma padrão e posteriormente abordam a consideração sobre a fala que o aluno usa e a adequação ao contexto. Já P4, assim como P1, começa sua abordagem pela necessidade de o aluno saber que existem variedades e que a norma padrão é uma delas. As professoras do primeiro

segmento, P1 e P2, apontam o ensino da norma padrão na perspectiva do direito, da liberdade de escolha e do empoderamento que o aluno terá ao dominá-la.

Quadro 5- Síntese do resultado da análise da quinta questão

Questão	Respostas	Frequência de respostas por categorias
<p>Como você se posiciona em relação à necessidade de ensinar norma-padrão da língua (escrita e falada)?</p>	<p>P1: (...) O domínio da norma padrão da língua é uma estratégia que nossos alunos devem ter, para conviver nos diferentes espaços da sociedade.</p> <p>P4: O educando deve conhecer as variedades linguísticas existentes em nossa língua, todas devem ser respeitadas culturalmente, porém deve saber usar e adequar a linguagem para cada situação social.</p> <p>P5: Existe a necessidade do aluno dominar a norma padrão para ser aceito e atuar em sua sociedade... (...)</p>	<p>Necessária para convivência e aceitação social e adequada a determinados contextos sociais: 60%</p>
	<p>P1: Eu ensino, primeiramente, a variedade linguística e percebo que eles entendem que a norma-padrão da língua é só mais uma variedade linguística, que eles precisam saber, para usar nos diferentes contextos e situações que podem participar.</p> <p>P2: Como nossa querida Alfredina nos ensina, o nosso educando deve ser “poliglota” na língua, onde ele tenha liberdade para escolher a forma como usá-la diante das situações do dia a dia.</p> <p>P3: (...) Ensino que existe o preconceito linguístico e que a linguagem, infelizmente, é um fator de exclusão, mas que não há o certo e o errado, mas sim considerar o momento da realização no ato da fala, em que contexto a linguagem se realiza.</p> <p>P4: (...) o educando deve conhecer as variedades linguísticas existentes em nossa língua, todas devem ser respeitadas culturalmente.</p> <p>P5: (...) mas, o aluno, deve se observar que a língua utilizada é uma variação que deve ser respeitada e empregada em diferentes situações.</p>	<p>Não como única variedade 100%</p>
	<p>P1: A linguagem é uma estrutura de poder. O domínio da norma padrão da língua é uma estratégia que nossos alunos devem ter, para conviver nos diferentes espaços da sociedade.</p> <p>P2: Nesse sentido é um direito do nosso educando ter acesso para compreender a norma padrão.</p>	<p>Como direito do aluno e como estrutura de poder 40%</p>

A pergunta seguinte ainda remete ao aspecto conceitual, de entendimento, sobre a questão da variação. Aborda a interferência da fala do professor no processo de aprendizagem do aluno (cf. Quadro 6). De todas as questões analisadas até o momento, essa é aquela cujas respostas menos se assemelharam. As professoras do segmento II trazem os seguintes enfoques: P3 aponta o professor como modelo da fala culta, P4 aponta que as falas de ambos, professor e alunos, se complementam e P5 destaca a percepção do aluno sobre a diferença do falar do professor e do falar do aluno.

Embora não tenha sido usado o termo “fala culta” no questionário, esse foi usado por P3, que se coloca como modelo desse tipo de fala. Lembramos aqui a explicação de Bagno (2003a, p.73, 74) de que os defensores da gramática tradicional, do “erro” na língua, foram também os que fomentaram a ideia de que os professores de língua portuguesa são criaturas incomuns, mágicas, “que detêm o conhecimento e os mistérios dessa língua”.

As respostas das professoras do segmento I também se diferenciaram das demais e entre elas. P2 aponta o respeito que é preciso ter pela fala do aluno e cita a diferença entre fala e escrita. P1 considerou a pergunta ambígua, dada a amplitude do conceito da fala: “A ‘fala’ é algo muito amplo, portanto penso que essa pergunta está um pouco ambígua.” Aponta então que a diferença entre a fala do professor e a do aluno se justifica pelas experiências culturais de cada um e da vivência em contextos diferenciados: “A fala do professor é muito importante, pois sabemos que a oralidade é resultado da interação cultural, o que justifica a fala de alguns alunos, que foram socializados em grupos, onde a oralidade os diferencia de grupos que dominavam a norma-padrão. Apesar de não existir uma norma-padrão de oralidade, sabemos que determinadas formas de falar são mais prestigiadas que outras. Dessa maneira o professor deve cotidianamente aproximar o aluno dos recursos de oralidade considerados de maior prestígio”.

Quadro 6 - Síntese do resultado da análise da sexta questão

Questão	Respostas	Frequência de respostas por categorias
Como a fala de um aluno ou do próprio professor pode interferir no processo de aprendizagem?	P1: A fala do professor é muito importante, pois sabemos que a oralidade é resultado da interação cultural, o que justifica a fala de alguns alunos, que foram socializados em grupos, onde a oralidade diferencia-se de grupos que dominavam a norma-padrão. Apesar de não existir uma norma-padrão de oralidade, sabemos que determinadas formas de falar são mais prestigiadas que	Professor: é modelo da fala culta, ajuda na aproximação das “falas de prestígios”, percepção de que a fala do professor é a que se escreve: 40%

	<p>outras. Dessa maneira o professor deve cotidianamente aproximar o aluno dos recursos de oralidade considerados de maior prestígio.</p> <p>P3: O professor pode ser o modelo de falante da norma culta para o aluno mas nunca rejeitar o falar do aluno e sim considerar a fala do aluno como exemplos das variantes linguísticas.</p>	
	<p>P1: A “fala” é algo muito amplo, portanto penso que essa pergunta está um pouco ambígua. A maneira de falar dos alunos é objeto de estudo no eixo de oralidade, quando, por meio de análise de entrevistas, contações de piada, apresentações em público, filmes, debates, identificamos as características da oralidade e a diferenciamos da escrita. As falas dos alunos, no sentido de trazer a cultura ou o contexto em que vivem, podem orientar quais são os projetos e temas que são interessantes e significativos para os mesmos.</p> <p>P2: A fala do educando precisa ser respeitada em sua essência, pois a fala é diferente da escrita, e para o professor é fundamental respeitar a variação linguística.</p>	<p>Fala do aluno: deve ser considerada no processo de aprendizagem 40%</p>
	<p>P4: Tanto a fala do aluno quanto a do professor são importantes na aprendizagem, pois através da troca de experiências se constrói um conhecimento sólido e a formação de opinião.</p> <p>P5: Tanto a forma do aluno como a do professor pode interferir, pois o aluno percebe uma diferença entre os empregos utilizados por cada um. O aluno escreve como fala e a partir disso inicia a distinção.</p>	<p>O modo de falar do professor e do aluno se complementa no processo de aprendizagem da língua 40%</p>

Finalmente, as duas últimas perguntas do questionário abordam o trabalho/intervenção das professoras na aprendizagem da língua, considerando a fala e a escrita e as suas variações. No que diz respeito à interferência feita pelas professoras quando os alunos falam ou escrevem diferente da norma padrão (cf. Quadro 7), P3 usa a comparação entre a norma padrão e a usada pelo aluno para mostrar a diferença; P4 corrige a fala e a escrita: “Faço a correção, para que o aluno perceba e possa evoluir na sua fala e escrita”, P5 se preocupa em marcar para o aluno que o uso depende da situação comunicativa, ou seja, é uma escolha.

As professoras do segmento I se preocuparam em esclarecer que a intervenção depende da proposta; P2 diz: “Depende do contexto. Se a turma está simplesmente

conversando em uma roda de conversa, ou em uma plenária, ou em uma discussão de um tema em sala de aula, o foco é o conteúdo e não a forma como os educandos falam. Se estiverem em uma proposta, por exemplo, de produção textual onde meu objetivo seja a reflexão da língua, posso interferir” e P1 esclarece “Em relação à escrita, eles sabem que devemos orientar pelo dicionário. O uso do dicionário é algo recorrente na minha classe. Em geral, marco as palavras escritas incorretamente e peço para fazerem uso do dicionário e revisarem em duplas produtivas. Em relação à fala, proponho situações coletivas de análise da língua falada, pois não gosto de corrigir individualmente os educandos, quanto à sua fala”.

Quadro 7- Síntese do resultado da análise da sétima questão

Questão	Respostas	Frequência de respostas por categorias
De que forma você intervém quando os educandos falam ou escrevem palavras que não estão em acordo com a norma padrão?	P1: Em relação à escrita, eles sabem que devemos orientar pelo dicionário. O uso do dicionário é algo recorrente na minha classe. Em geral, marco as palavras escritas incorretamente e peço para fazerem uso do dicionário e revisarem em duplas produtivas.	Trabalhando textos orais e escritos com situações comunicativas específicas, interferência apenas em situações de escrita de reflexão da língua: 60%
	P2: Depende do contexto. Se a turma está simplesmente conversando em uma roda de conversa, ou em uma plenária, ou em uma discussão de um tema em sala de aula, o foco é o conteúdo e não a forma como os educandos falam. Se estiverem em uma proposta, por exemplo, de produção textual onde meu objetivo seja a reflexão da língua, posso interferir.	
	P5: Trabalhar textos orais e escritos que mostrem ao aluno que a variante empregada pertence a uma situação comunicativa específica.	
	P1: Em relação à fala, proponho situações coletivas de análise da língua falada, pois não gosto de corrigir individualmente os educando, quanto à sua fala.	
	P4: Faço a correção, para que o aluno perceba e possa evoluir na sua fala e escrita. Com cuidado para não expor nem desmotivar o aluno, de uma maneira sutil. As correções individuais no caderno também ajudam muito.	Dicionário como suporte para correção, correção coletiva de “erros” na fala, corriji individual para que o aluno evolua na escrita e na fala: 40%
	P3: Mostro a eles as variantes linguísticas e mostro como acontece de acordo com a norma padrão.	Apresenta às variações e adequação à norma padrão: 20%

Como última questão, perguntamos sobre como a escola trabalha a transição entre a forma de o aluno falar, a fala que se usa na escola e a fala na sociedade em geral (cf. Quadro 8). A professora 3 entendeu que mostrar o contexto em que se usam os diferentes tipos de fala ajuda, já P4 entendeu que o investimento deve ser nas atividades em que o uso da modalidade oral esteja intencionalmente presente, pois é o que ajudará nessa transição; cita como exemplos de propostas a roda de conversa, os debates, a leitura compartilhada, as dramatizações de situações cotidianas, a entrevista de emprego etc. A professora 5 aposta no trabalho com textos que contemplem os dois tipos de registros: oral e escrito.

Novamente as professoras do segmento I se diferenciam nas respostas, P2 destaca a leitura como primordial e aponta que é importante que o aluno saiba “o que falar” (conteúdo) e não “o como falar” (forma). P1 entende que as sequências didáticas em que a marca da oralidade está deliberadamente presente é a melhor forma de fazer a transição.

Nesse bloco de questões, observamos que as professoras estão atentas às variações tanto na modalidade escrita como na oral. Preocupam-se em mostrar para os alunos que a linguagem se diferencia de acordo com os contextos, com as situações comunicativas e pensam em propostas para concretização disso, mas com a intenção de aproximá-los da norma-padrão.

As professoras apontam a necessidade de se respeitar a fala do aluno, porém as propostas que apresentam não sugerem de que forma esse aluno pode compreender que essa fala é legítima, é português também. Enfatizam a importância de aproximar o aluno das falas prestigiadas, a depender de como for feito isso reforçará para o aluno a ideia de que o seu saber é menos importante.

Mesmo entendendo que a modalidade oral por ser mais flexível, menos cristalizada, difere-se da escrita, julgam ser necessário “corrigir” o aluno quando esse não usa norma padrão. Ao se colocarem como modelo de fala “culto” ou apontando que o aluno observa que sua fala é diferente, as professoras se colocam como parte de um grupo seletivo que detém a língua culta.

Quadro 8- Síntese do resultado da análise da oitava questão

Questão	Respostas	Frequência de respostas por categorias
Qual é a melhor forma de trabalhar a transição entre a forma que o aluno fala e a forma de se falar na escola e na sociedade em geral?	P2: A leitura é sempre um caminho. Penso que é tênue o limite de interferência quando o educando está se comunicando, pois a correção pode ter um sentido de reforçar negativamente, seu medo de falar errado, ou em público, procuro ressaltar com eles que o mais importante é o conteúdo, não é como se fala, mas o que se fala.	Trabalhar com textos que apresentem essas diferentes formas, leitura e valorização do conteúdo: 60%
	P3: Não sei qual a melhor forma, mas acredito que diminuindo a distância entre as linguagens (preconceito linguísticos) e sempre mostrando o contexto em que a fala se realiza.	
	P5: Trabalhar com textos que contemplem os dois registros e comecem a refletir sobre o uso da língua...	
	P4: Trabalhando a oralidade através de roda de conversa, debate, leitura compartilhada em voz alta, dramatizações de situações diversas, como entrevista de emprego, entre outros.	Contemplar no planejamento as marcas da oralidade do aluno e trabalhar a oralidade dentro dos gêneros: 20%
	P1: Sequencia didática sobre oralidade, que contemple as principais marcas de oralidade dos alunos.	Explorando os diversos contextos onde a linguagem oral se faz necessária

Nas respostas dadas, tivemos a impressão de que o objetivo das professoras é ajudar o aluno a dominar as normas de prestígio e não o de refletir e aprender sobre os variados usos e funções da língua, considerando inclusive o que são interferências advindas de regras fonológicas variáveis e as que se explicam simplesmente pela falta de familiaridade com as convenções da língua escrita (cf. BERTONI, 2004).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as reflexões feitas sobre o estatuto da EJA no contexto educacional brasileiro e o cotejo entre as posições apresentadas pelas professoras pesquisadas a partir das respostas dadas às questões a elas apresentadas, temos plena consciência de que o uso de apenas um instrumento de coleta de dados para essa pesquisa foi insuficiente para uma compreensão mais ampla do posicionamento dos professores que atuam na EJA frente às questões levantadas. A interpretação da realidade dos sujeitos da pesquisa poderia ter sido mais rica se contássemos com entrevistas e observações em sala de aula, o que muito nos auxiliaria no sentido de fazer a relação da teoria com a prática.

A despeito disso, por meio do discurso das professoras, percebemos que as variações linguísticas ocupam um papel secundário no ensino da língua. Embora atentas às variedades que surgem principalmente na modalidade oral, observamos que a aprendizagem é sempre direcionada para que o aluno chegue à norma-padrão, tanto na modalidade oral quanto na escrita.

Lembramos, em consonância com os autores citados, que o reconhecimento da realidade sociolinguística dos alunos é elemento que precede a elaboração do trabalho pedagógico com a língua materna e a informa. Não se trata, então, de simplesmente “aceitar” a variedade linguística estigmatizada falada pelos alunos, mas de reconhecer a sua legitimidade e que “muitas e urgentes são as razões sociais que justificam o empenho da escola por um ensino da língua cada vez mais útil e contextualmente significativo” (ANTUNES, 2015, p.36).

Vale destacar que os resultados analisados mostram a fragilidade do tratamento dado ao ensino da língua materna e que apesar da visão progressista das professoras e apesar de todo o material de pesquisa que temos sobre como privilegiar a reflexão sobre a língua, ainda está muito arraigada a ideia de que existe uma língua mais importante e, portanto, aprendê-la constitui-se um fim da escola em si mesmo.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel. **A educação de jovens e adultos em tempos de exclusão**. In: Construção Coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos. Brasília, DF: UNESCO, MEC, RAAAB, 2005. Disponível em: www.mec.gov.br; www.forumeja.org.br/colecaoparatodos. Acesso em: 10/11/2015.
- ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro e interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- BAGNO, M. **Preconceito Lingüístico: o que é, como se faz**. 55ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.
- _____. **A norma Oculta: Língua e Poder na sociedade Brasileira**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003a.
- _____. **Norma linguística & preconceito social: questões de terminologia**. Veredas - revista de estudos linguísticos, Juiz de Fora, v. 5, n. 2, p. 71-83, 2003b.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: A sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola, 2004.
- _____. **O estatuto do erro na língua oral e na língua escrita**. IN: GORSKY, E. C. & COELHO, I. Sociolinguísticas e ensino: contribuições para o professor de língua. Santa Catarina, Editora UFSC, 2006.
- BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1996. Disponível em: www.mec.gov.br.
- _____. Parecer CNE/CEB nº 11/2000, **estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA**.
- _____. Resolução nº 48, de 2 de outubro de 2012. **Estabelece orientações, critérios e procedimentos para a transferência automática de recursos financeiros aos estados, municípios e Distrito Federal para manutenção de novas turmas de EJA**, a partir do exercício 2012.
- CAMARGO, Paulo de. **EJA Desafio a espera de soluções**. Revista Educação Pública, São Paulo, n.14, mar/abr. 2010. Disponível em: revistaescolapublica.com.br/textos/14/artigo246366-

Acesso em: 10 de nov. 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Paz e Terra. São Paulo, 1997

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 27ª ed. RJ, Paz e Terra. 1987

GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José E. **EJA: teoria, prática e proposta**. 12ª.ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2011.

GADOTTI, M.; FREIRE, P.; GUIMARÃES, S. **Pedagogia: diálogo e conflito**. 4ª. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____, Di Pierro, Maria Clara. **Escolarização de jovens e adultos**. Revista Brasileira de Educação, n. 14, maio-ago 2000, p.108-130.

HADDAD, Sérgio. **A ação de governos locais na EJA**. Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 35 maio/ago. 2007.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e ensino**. In Gêneros textuais: reflexões e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

OLIVEIRA, Marta Kohl de , Trabalho encomendado pelo GT “**Educação de pessoas jovens e adultas**” e apresentado na 22a Reunião Anual da ANPed – 26 a 30 de setembro de 1999, Caxambu.

Linguistic variety on EJA: A study through teachers' view

Abstract: This article aims to present the results of an investigation into the knowledge and conception of linguistic variety which EJA teachers possess. For this purpose, it was done a qualitative survey through questionnaires involving five teachers who work for São Bernardo do Campo city hall - SP. The theoretical support for the promoted discussion is given mainly by searches made by Bagno (2003, 2006) and Bortoni-Ricardo (2004, 2006) regarding the issues related to mother tongue teaching. Freire (1987) was the reference used to present the EJA specificities. A consideration that resulted of this study is that, despite accepting the linguistic variations used by students, we must treat them as a constituent part of the individual's formation, and, therefore, it is necessary to know / recognize the sociolinguistic reality of young and adult people who makes up the EJA, which demands teachers well trained in the area.

Key words: EJA, Portuguese language, linguistic variety.

Data de entrega dos originais.

ANEXOS

P1

Turma: – MULTISSERIADA (alfa e pós)

Questionário de pesquisa

1. Qual a sua concepção de escola?

Minha concepção de escola é entendê-la como mais um espaço de fomento á atividades cognitivas. Dessa maneira, entendo que a escola é o espaço de compartilhar experiências e conhecimentos, no qual o papel do professor é sistematizar os conhecimentos que são importantes, para a maioria do grupo, garantindo assim formação intelectual, socialização de cultura e experiências sociais.

2. Qual a sua concepção de aprendizagem? Como você entende isso em relação aos alunos da EJA?

A aprendizagem é um processo cognitivo, que ocorre a partir da nossa experiência social e cultural. O que quero dizer é que não é um processo individual, mas envolve as experiências que vivemos. Dessa maneira entendo que a aprendizagem na EJA é resultado das experiências que os alunos nos trazem e que subsidiam a elaboração das experiências escolares que conseguimos possibilita-los participar e desenvolver.

3. Quais fatores vocês consideram determinante para a permanência dos alunos na EJA?

Atendimento individualizado ás suas necessidades, pois muitos deles quando estão em um grupo maior não se sentem seguros e desistem, pois nem sempre o professor consegue sentar com ele, ajuda-lo em suas dificuldades.

A existência de atividades de corpo e movimento (dança, oficinas artísticas, aula de educação física) atividades de informática, atividades culturais (cinema, teatro, visitas à museus) fazem com que a escola se torne mais atrativa para os alunos mais jovens, porém ás vezes encontra resistência dos idosos.

4. Que fatores contribuem ou podem contribuir para o desânimo e até a evasão dos alunos da EJA?

Classes multisseriadas são um dificultador de permanência de educando na EJA, pois os alunos estão em Zonas de Desenvolvimento Proximal (ZDP) muito diferentes, e por isso os seus tempos de aprendizagem são muito diferentes, o que impossibilita a atenção do professor, que ás vezes precisa dar atenção á três atividades diferentes.

Nas salas de CAGECPM essa heterogeneidade impossibilita o avanço de alguns alunos, e acredito que os alunos têm direito a ter a aula correspondente ao seu ano/ciclo. Pois muitos irão prosseguir os estudos e pretendem entrar na Universidade e nós sabemos, o caminho competitivo que estes jovens deverão enfrentar.

A necessidade de cuidar dos filhos também é um fator de evasão. Desde que entrei na EJA, há 2 anos e meio, tenho alunos que desistem da escola porque não tem alguém pra cuidar dos filhos. As questões financeiras também influenciam, muitos alunos fazem bicos ou trabalho extra e acabam desistindo da escola, neste ano tive dois casos de evasão por esse motivo.

Penso que a evasão na EJA é uma questão relacionada á classe social de quem á frequente, são pessoas que ainda não conseguiram ter uma vida financeira estável. Ou que não ainda

conseguiram uma residência própria, às vezes precisam se mudar de cidade, precisam trabalhar à noite, e a maioria das escolas de EJA são à noite.

5. Como você se posiciona em relação à necessidade de ensinar norma-padrão da língua (escrita e falada)?

A linguagem é uma estrutura de poder. O domínio da norma padrão da língua é uma estratégia que nossos alunos devem ter, para conviver nos diferentes espaços da sociedade.

Eu ensino, primeiramente, a variedade lingüística e percebo que eles entendem que a norma-padrão da língua é só mais uma variedade lingüística, que eles precisam saber, para usar nos diferentes contextos e situações que podem participar.

6. Como a fala de um aluno ou do próprio professor pode interferir no processo de aprendizagem?

A “fala” é algo muito amplo, portanto penso que essa pergunta está um pouco ambígua.

A maneira de falar dos alunos é objeto de estudo no eixo de oralidade, quando, por meio de análise de entrevistas, contações de piada, apresentações em público, filmes, debates, identificamos as características da oralidade e a diferenciamos da escrita.

As falas dos alunos, no sentido de trazer a cultura ou o contexto em que vivem, podem orientar quais são os projetos e temas que são interessantes e significativos para os mesmos.

No contexto de aprendizagem, os alunos trabalhando em grupo ou no coletivo, trazem contribuições, como exemplos, questões que possibilitam aprendizado de todos, por isso é sempre necessário orienta-los quanto aos turnos de fala, para que a conversa coletiva ou em grupo seja produtiva.

A intervenção do professor é mais importante que as atividades, por isso considero que em todas as atividades é necessário intervenções, e em atividades textuais, faz se necessário uma intervenção individual.

A fala do professor é muito importante, pois sabemos que a oralidade é resultado da interação cultural, o que justifica a fala de alguns alunos, que foram socializados em grupos, onde a oralidade diferencia-se de grupos que dominavam a norma-padrão. Apesar de não existir uma norma-padrão de oralidade, sabemos que determinadas formas de falar são mais prestigiadas que outras. Dessa maneira o professor deve cotidianamente aproximar o aluno dos recursos de oralidade considerados de maior prestígio.

7. De que forma você intervém quando os educandos falam ou escrevem palavras que não estão em acordo com a norma padrão?

Em relação à escrita, eles sabem que devemos orientar pelo dicionário. O uso do dicionário é algo recorrente na minha classe. Em geral, marco as palavras escritas incorretamente e peço para fazerem uso do dicionário e revisarem em duplas produtivas.

Em relação à fala, proponho situações coletivas de análise da língua falada, pois não gosto de corrigir individualmente os educando, quanto à sua fala.

8. Qual é a melhor forma de trabalhar a transição entre a forma que o aluno fala e a forma de se falar na escola e sociedade em geral?

Sequencia didática sobre oralidade, que contemple as principais marcas de oralidade dos alunos.

Nome: P2

Turma: pós alfabetização

Questionário de pesquisa

1. Qual a concepção de escola?
Uma escola primordialmente que seja acolhedora, para educandos e educadores, onde o diálogo seja privilegiado.
2. Qual a concepção de aprendizagem? Como você entende isso em relação aos alunos da EJA?
A aprendizagem precisa estar ligada ao ensino significativo para o educando, partir de suas referências para abrir novos horizontes, para de fato avançarmos com maior qualidade.
3. Quais fatores vocês consideram determinante para a permanência dos alunos na EJA?
O vínculo afetivo entre educandos e educadora é fundamental, como também sentirem-se valorizados na medida em que há preocupação com os saberes que eles já têm. Flexibilização é uma palavra chave diante das tantas situações limites dos educandos.
4. Que fatores contribuem ou podem contribuir para o desânimo e até a evasão dos alunos da EJA?
Embora se tenha discutido muito a flexibilização em encontros formativos, nem sempre é possível ajustarmos todas as demandas e muitas vezes as situações limites dos educandos como: fracasso escolar, dependência química, uso excessivo de bebidas alcoólicas, o desemprego ou a informalidade no trabalho (bico), questões de saúde, educandos muito jovens solteiros com filhos, situação de rua entre outras situações de vulnerabilidades, interferem na permanência e sucesso escolar. Por outro lado, penso... em que medida a escola realmente está ou não sintonizada com as necessidades reais dos nossos educandos. Vejo a proposta de atrelar elevação de escolaridade com a profissionalização, seja um caminho que pode fazer a diferença.
5. Como você se posiciona em relação à necessidade de ensinar norma-padrão da língua (escrita e falada)?
Como nossa querida Alfredina nos ensina, o nosso educando deve ser “poliglota” na língua, onde ele tenha liberdade para escolher a forma como usá-la diante das situações do dia a dia. Nesse sentido é um direito do nosso educando ter acesso para compreender a norma padrão.
6. Como a fala de um aluno ou do próprio professor pode interferir no processo de aprendizagem?
A fala do educando precisa ser respeitada em sua essência, pois a fala é diferente da escrita, e para o professor é fundamental respeitar a variação linguística.
7. De que forma você intervém quando os educandos falam ou escrevem palavras que não estão em acordo com a norma padrão?
Depende do contexto. Se a turma está simplesmente conversando em uma roda de conversa, ou em uma plenária, ou em uma discussão de um tema em sala de aula, o foco é o conteúdo e

não a forma como os educandos falam. Se estiverem em uma proposta, por exemplo, de produção textual onde meu objetivo seja a reflexão da língua, posso interferir.

8. Qual é a melhor forma de trabalhar a transição entre a forma que o aluno fala e a forma de se falar na escola e sociedade em geral?

A leitura é sempre um caminho. Penso que é tênue o limite de interferência quando o educando está se comunicando, pois a correção pode ter um sentido de reforçar negativamente, seu medo de falar errado, ou em público, procuro ressaltar com eles que o mais importante é o conteúdo, não é como se fala, mas o que se fala.

P3

Turma: 5º - 8º termo

Questionário

1. Qual a sua concepção de escola?
A escola tem como concepção a visão democrática de escola, onde todos são participantes do fazer pedagógico.
2. Qual a sua concepção de aprendizagem? Como você entende isso em relação aos alunos da EJA?
A aprendizagem na EJA tem como base a concepção Freiriana (Paulo Freire), na qual todos são participantes do aprendizado. A escola deve perceber quem é esse aluno da EJA, o que ele veio buscar na escola e o que ele já sabe e assim, juntos, construir um cidadão crítico e inserido na sociedade em que vive.
3. Quais fatores vocês consideram determinante para a permanência dos alunos na EJA?
A escola deve sempre dialogar com a realidade do aluno, ter um significado positivo e acolhedor e respeitá-lo dentro das diferentes realidades.
4. Que fatores contribuem ou podem contribuir para o desânimo e até a evasão dos alunos da EJA?
Dentro do ambiente escolar pode-se apontar como motivo para a evasão a repetição do ano/ciclo; a escola estar longe dos propósitos desse aluno, a distância da realidade escolar com a realidade e necessidades dele; a falta de diálogo entre a escola e a comunidade a que ele pertence; entre outros fatores de ordem pessoais do aluno, como, por exemplo, conseguir um emprego que é incompatível com o horário da escola, cansaço físico e mental que ele ao longo do dia acumulou e a baixa autoestima.
5. Como você se posiciona em relação à necessidade de ensinar norma-padrão da língua (escrita e falada)?
Como professora de língua portuguesa tenho que mostrar o registro padrão/culto da língua, mas nunca desconsiderar a linguagem que o aluno já internalizou ao longo de sua vida. Ensino que existe o preconceito linguístico e que a linguagem, infelizmente, é um fator de exclusão, mas que não há o certo e o errado, mas sim considerar o momento da realização no ato da fala, em que contexto a linguagem se realiza.
6. Como a fala de um aluno ou do próprio professor pode interferir no processo de aprendizagem?
O professor pode ser o modelo de falante da norma culta para o aluno, mas nunca rejeitar o falar do aluno e sim considerar a fala do aluno como exemplos das variantes linguísticas.
7. De que forma você intervém quando os educandos falam ou escrevem palavras que não estão em acordo com a norma padrão?
Mostro a eles as variantes linguísticas e mostro como acontece de acordo com a norma padrão.

8. Qual é a melhor forma de trabalhar a transição entre a forma que o aluno fala e a forma de se falar na escola e sociedade em geral?

Não sei qual a melhor forma, mas acredito que diminuindo a distância entre as linguagens (preconceito linguísticos) e sempre mostrando o contexto em que a fala se realiza.

P5

Turma: 7º e 8º termo

Questionário de pesquisa

1. Qual a concepção de escola?
É transformar e libertar o educando através da problematização de temas cotidianos e de suas experiências.
2. Qual a concepção de aprendizagem? Como você entende isso em relação aos alunos da EJA?
A concepção de aprendizagem é dada por meio do diálogo ocorre a construção do conhecimento. A aprendizagem parte da experiência, dos conhecimentos prévios em forma de diálogo para forma por novo saber com o conhecimento trazido pelo professor.
3. Quais fatores vocês consideram determinante para a permanência dos alunos na EJA?
Flexibilização e integração das áreas de conhecimento e as práticas sociais.
4. Que fatores contribuem ou podem contribuir para o desânimo e até a evasão dos alunos da EJA?
Dificuldades pessoais e sociais, conteúdos que se distanciam da sua realidade e dificuldades de aprendizagens.
5. Como você se posiciona em relação à necessidade de ensinar norma-padrão da língua (escrita e falada)?
Existe a necessidade do aluno dominar a norma padrão para ser aceito e atuar em sua sociedade, mas deve se observar que a língua utilizada é uma variação que deve ser respeitada e empregada em diferentes situações.
6. Como a fala de um aluno ou do próprio professor pode interferir no processo de aprendizagem?
Tanto a forma do aluno como a do professor podem interferir, pois o aluno percebe uma diferença entre os empregos utilizados por cada um. O aluno escreve como fala e a partir disso inicia a distinção.
7. De que forma você intervém quando os educandos falam ou escrevem palavras que não estão em acordo com a norma padrão?
Trabalhar textos orais e escritos que mostrem ao aluno que a variante empregada pertence a uma situação comunicativa específica.
8. Qual é a melhor forma de trabalhar a transição entre a forma que o aluno fala e a forma de se falar na escola e sociedade em geral?

Trabalhar com textos que contemplem os dois registros e comecem a refletir sobre o uso da língua...